



Senado bate recorde de produtividade em 100 dias

Número de proposições analisadas em Plenário, 71, é o maior já registrado nos últimos 10 inícios de mandatos de presidentes da Casa. A atividade das comissões também vem sendo intensa nesses primeiros meses, com a elaboração de 214 pareceres

Nos 100 primeiros dias de Davi Alcolumbre na Presidência do Senado, foram analisadas 71 proposições, entre elas a que torna mais rigorosa a política de segurança de barragens e a que amplia a proteção à mulher em situação de violência doméstica ou familiar.

O presidente do Senado também se empenhou na aprovação de projetos para ajudar estados e municípios que enfrentam graves problemas orçamentários. Aguarda promulgação, por

exemplo, uma proposta de emenda à Constituição segundo a qual recursos provenientes de emendas parlamentares ao Orçamento devem seguir diretamente para os fundos dos estados e dos municípios.

A reforma da Previdência é outra questão que vem ganhando atenção especial de Davi. Para acelerar a tramitação da proposta no Senado, foi criada uma comissão especial para acompanhar as discussões sobre o tema na Câmara dos Deputados. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Davi Alcolumbre, entre Paulo Rocha e Angelo Coronel: diálogo é a ferramenta para pacificar as diferenças políticas na Casa

Sessão celebra Polícia Militar do Distrito Federal

Uma sessão especial do Senado, na sexta-feira, homenageou a Polícia Militar do Distrito Federal, corporação instalada em Brasília em 1966. Autor do requerimento para a sessão, o senador Izalci Lucas lembrou que a Polícia

Militar foi criada há 210 anos no Rio de Janeiro, após a vinda de D. João VI para o Brasil. Hoje, a PMDF é comandada pela primeira vez por uma mulher, Sheyla Sampaio. Dois policiais militares foram condecorados na homenagem. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comandante da PMDF, Sheyla Sampaio fala em sessão dirigida por Izalci Lucas (2º à esq.), que pediu a homenagem

Proposta cria programa especial para doente cardiológico

Um projeto em análise na Comissão de Assuntos Econômicos cria o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico, para captar e canalizar recursos destinados à prevenção e ao tratamento de doenças cardiovasculares. **2**

Sancionada lei que permite reeleição de conselheiros tutelares

A lei que permite a reeleição de conselheiros tutelares para vários mandatos foi sancionada na quinta-feira pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

O projeto que deu origem à lei foi aprovado em abril pelo Senado. **2**

Fundador do espiritismo será homenageado hoje no Senado

Propagador da doutrina do espiritismo, Allan Kardec morreu há 150 anos. A data será lembrada hoje, às 10h, em sessão especial do Senado. O francês deixou obras famosas, como *O Livro dos Espíritos* e *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. **2**

PEC da reforma prevê mudanças nas aposentadorias especiais

Um dos pontos mais polêmicos da reforma da Previdência, as aposentadorias especiais de professores, policiais e agentes penitenciários devem sofrer alterações substanciais, caso a proposta do governo, que tramita na

Câmara, seja aprovada.

Senadores, como o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim, criticam a PEC.

Hoje um debate na CDH analisa a reforma com foco na auditoria da dívida pública. **4**



Polícia Civil RS

Policiais só poderão se aposentar aos 55 anos. Hoje não há idade mínima

Sessão destaca importância da Polícia Militar do DF

Senadores elogiaram a eficiência da corporação brasiliense, que, atualmente, é comandada por Sheyla Sampaio, a primeira mulher a assumir a polícia militar na capital. Dois PMs foram condecorados

O SENADO HOMENAGEOU, na sexta-feira, em sessão especial no Plenário, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A corporação foi instalada em Brasília em 1966, com profissionais vindos da PM do Rio de Janeiro, oficiais do Exército e outros trabalhadores de segurança pública.

O senador Izalci Lucas (PS-DB-DF), que sugeriu a homenagem e presidiu a sessão, afirmou que a PMDF é uma corporação que “há 210 anos cuida da nossa gente”. A Polícia Militar foi criada em maio de 1809, após a vinda de D. João VI para o Brasil.

Em Brasília, a PM está há 53 anos. Segundo Izalci, são quase 15 mil homens e mulheres divididos em 45 batalhões, hospitais e unidades administrativas. Izalci destacou o combate ao tráfico de drogas e à violência doméstica, lamentou a falta de estrutura para a polícia e criticou a legislação, que, segundo ele, protege os bandidos.

O ministro Péricles de Queiroz, do Superior Tribunal Militar, disse admirar a PMDF pelos serviços prestados.

O senador Wellington Fagun-



Policiais militares assistem à sessão, presidida pelo senador Izalci Lucas (C)

des (PR-MT) exaltou a presença feminina dentro da polícia militar, que hoje é comandada pela coronel Sheyla Sampaio. Ele pediu mais ações preventivas e cobrou valorização dos policiais.

Primeira mulher à frente da instituição militar, Sheyla Sampaio ressaltou que a PMDF trabalha para garantir ao cidadão o pleno exercício de seus direitos constitucionais e manter a segurança de toda a população.

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) afirmou que é inaceitável ver policiais perdendo a vida em serviço. Ele, que foi policial por 16 anos,

pediu mais atenção com a saúde física e mental de policiais militares.

O Senado condecorou dois militares em reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade do DF. Izalci entregou o Certificado de Honra ao Mérito ao primeiro-tenente Rodrigo Silvério dos Santos, por seu trabalho de excelência na apreensão de armas e drogas e na recuperação de carros roubados, e ao primeiro-sargento Ricardo Rócio Monteiro, pelos quase 30 anos de serviço na proteção e no treinamento de animais e no combate às drogas e ao tráfico de armas.

Nova lei permite reeleição para conselho tutelar

Já está em vigor a lei que permite a reeleição de conselheiros tutelares para vários mandatos. A Lei 13.824 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Antes, a recondução era permitida apenas uma vez.

A medida deriva do Projeto de Lei (PL) 1.783/2019, aprovado por unanimidade no Senado em abril, e foi sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro na quinta-feira.

O conselho tutelar é um ór-

gão permanente e autônomo, encarregado por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. São cinco os conselheiros eleitos pela população, com mandato de quatro anos.

Projeto cria programa para pacientes cardiológicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa um projeto que pretende instituir o Programa Nacional de Atenção ao Paciente Cardiológico (Procardio). A intenção é captar e canalizar recursos para a prevenção e o tratamento de doenças cardiovasculares,

englobando a promoção da informação, a pesquisa e a reabilitação de pacientes.

Do senador Major Olímpio (PSL-SP), o PL 2.620/2019 faculta aos contribuintes, na qualidade de incentivadores, a opção de deduzirem do Imposto de Renda os valores doados

e os patrocínios diretamente efetuados em prol dessas ações e serviços, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde.

“O projeto apenas aumenta o rol de doações passíveis de serem dedutíveis do Imposto de Renda, mas não altera a renúncia fiscal da União”, explica.

Senado celebra hoje Allan Kardec, fundador do espiritismo

Os 150 anos de morte de Allan Kardec, propagador da doutrina do espiritismo, serão lembrados em sessão especial do Senado hoje às 10h.

Foram convidados para a homenagem o jornalista André Trigueiro, os palestrantes espíritas Jack Darsa, Haroldo Dutra e Nazareno Feitosa e o ex-deputado Luiz Carlos Bassuma.

O autor do requerimento da sessão especial, senador Eduardo Girão (Pode-CE), chamou a atenção para a

importância do escritor e educador francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, que adotou o pseudônimo Allan Kardec em seu trabalho de codificação da doutrina espírita.

Em vários livros, principalmente *O Livro dos Espíritos* e *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, “revelou conceitos novos e mais aprofundados a respeito de Deus, do universo, dos homens, dos espíritos e das leis que regem a vida”, afirma Girão no requerimento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



| SEGUNDA | TERÇA | QUARTA |
|---|--|--------|
| <p>CDH A Previdência e a dívida pública 9h Audiência para debater Previdência Social, com foco na auditoria da dívida pública.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Allan Kardec 10h Homenagem ao fundador do espiritismo, Allan Kardec.</p> <p>PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.</p> <p>CDH Gastos com presos 16h Debate a respeito o PLS 580/2015, sobre ressarcimento de custos com presos.</p> <p>CDH Despesas com detentos 8h30 O PLS 580/2015, sobre despesas com presos, é um dos 5 itens.</p> <p>CE Segurança nas escolas 9h Audiência para debater segurança nas escolas. Depois, pauta de 17 itens.</p> <p>CAE Franquias 10h Entre 11 itens, o PLC 219/2015, que atualiza o Marco Legal das Franquias.</p> <p>MP 873/2019 Contribuição sindical 10h Eleição de presidente e vice.</p> <p>CI Rejeitos de barragens 11h O PL 1.452/2019, sobre rejeitos de barragens, é um dos 5 itens.</p> <p>CPI DE BRUMADINHO Depoimentos 13h Depoimentos de funcionários da Vale. Depois, análise de requerimentos.</p> <p>CMO Ministro da Economia 14h Audiência com Paulo Guedes.</p> <p>CDH A Previdência e as mulheres 14h Audiência para debater Previdência Social, com foco nas mulheres.</p> | <p>MP 872/2019 Servidores da AGU 14h30 Análise do relatório.</p> <p>CAS Subcomissões 9h Instalação de subcomissões sobre doenças raras, pessoas com deficiência e idosos. Depois, pauta de 11 itens.</p> <p>CCT Radiodifusão comunitária 9h Na pauta de 11 itens, projetos sobre radiodifusão comunitária.</p> <p>CDR Comissão sobre Belo Monte 9h Após pauta de 11 itens, instalação e eleição da Subcomissão Temporária da Usina de Belo Monte.</p> <p>MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho 9h Análise do relatório.</p> <p>CCI Dependentes químicos 10h Entre 33 itens, o PLC 47/2018, que destina valores apreendidos do tráfico para recuperar dependentes químicos.</p> <p>CRA Equipamentos para produzir leite 11h O PL 575/2019, sobre isenção do IPI em equipamentos usados na produção de leite, é um dos 7 itens.</p> <p>CCI Combate ao tabagismo 14h Audiência para debater o PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao tabagismo. Entre os convidados estão o ministro da Justiça, Sergio Moro, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, e o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, William Dib.</p> <p>MP 876/2019 Registro de empresas 14h30 Análise do plano de trabalho.</p> | |

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Produção legislativa é a maior em 20 anos

Em balanço dos primeiros 100 dias de trabalho à frente do Senado, Davi Alcolumbre reafirmou compromisso com temas como pacto federativo e reforma da Previdência

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, divulgou na sexta-feira um balanço de seus 100 primeiros dias à frente do Senado. O número de proposições analisadas em Plenário é o maior registrado nos últimos 10 inícios de mandatos de presidentes da Casa (o mandato na Presidência é de dois anos), ou seja, desde 1999.

De acordo com levantamento da Secretaria-Geral da Mesa, 71 proposições, entre propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução foram apreciadas pelos senadores desde que Davi assumiu o comando da Casa, em 2 de fevereiro. A atividade das comissões também foi intensa nesses primeiros meses.

— A maior participação dos senadores em relatorias de projetos, comissões e decisões da Casa resultou em celeridade na tramitação — disse Davi.

Em relação aos temas, ele consolidou uma pauta voltada à recuperação das finanças públicas dos governos estaduais e das prefeituras, que enfrentam uma das maiores crises orçamentárias da história. Sob sua liderança, os governadores puderam se reunir



Plínio Valério, José Serra, Davi e Girão: participação de senadores deu celeridade às propostas

com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e líderes partidários para apresentar as propostas que podem levar a um novo pacto federativo.

— O Senado não irá se abster de sua responsabilidade como Casa da Federação, lutando pelo fortalecimento não só dos estados, mas também das cidades que compõem nossa nação.

Outra prioridade de Davi é a análise da reforma da Previdência no Congres-

so Nacional. Ele promoveu a criação de uma comissão especial de senadores para acompanhar o debate do texto da proposta (PEC 6/2019), que tramita na Câmara dos Deputados.

— A aprovação da reforma da Previdência é mais do que um desafio. É um compromisso com o Brasil, com a atual e com as futuras gerações — enfatizou.

Logo depois de eleito, ele ajudou a organizar a composição da Comissão Diretora, que conta com representantes de 11 partidos e das 5 regiões do país, um fato inédito até então.

— O diálogo foi o que estabeleci como ponto de partida para a construção deste mandato de presidente, que divido com os outros 80 senadores que compõem essa legislatura — afirmou.

Davi também foi um dos protagonistas na possibilidade de voto aberto para a escolha de presidente do Senado, atendendo a demandas transmitidas pela população pelas redes sociais, que cobram transparência aos atos dos parlamentares.

— Só com transparência em todas as nossas práticas, o Senado reconquistará seu prestígio e revelará sua estatura no conjunto dos Poderes.

O presidente disse zelar ainda pela harmonia e independência entre os três Poderes e o Ministério Público.

Balanço dos 100 dias



DESTAQUES

- ▶ PL 550/2019, que modifica a **Política Nacional de Segurança das Barragens**, para prevenir a repetição de tragédias como as de Mariana e Brumadinho, já enviado à Câmara
- ▶ Lei 13.819, de 2019, que institui a **Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**, também foi analisada pelo Senado.
- ▶ PLC 94/2018, que amplia a **proteção à mulher** em situação de violência doméstica ou familiar, quando há risco eminente à sua integridade física ou de seus dependentes, enviado à sanção.
- ▶ Reunião com governadores e o presidente da República, Jair Bolsonaro, e líderes partidários para levar as propostas que formarão um novo **pacto federativo**.
- ▶ PEC 34/2019, que obriga o governo federal a liberar a verba de **emendas parlamentares** de bancada para ações previstas no Orçamento.
- ▶ PEC 61/2015, que aguarda promulgação, autoriza aos parlamentares apresentarem emendas ao Orçamento diretamente para o **Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)** e para o **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)**.

Davi faz palestra nos EUA sobre papel do Legislativo na retomada do crescimento

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, embarcou ontem para Nova York, onde participa de eventos com investidores e empresários.

Hoje Davi fará palestra para economistas e investidores em reunião promovida pelo Bank of America e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Amanhã vai se juntar a outras autoridades brasileiras para falar no 9th Brazil and World Economy, evento organizado pelo banco digital brasileiro de investimentos BTG Pactual.

No dia 15, Davi participará do Lide Brazilian Investment Forum — fórum que reúne empresários brasileiros e norte-americanos para gerar negócios e alavancar investimentos no Brasil. O tema da palestra do presidente do Senado será “O desafio do Legislativo para a retomada do crescimento”.

Davi deve apresentar as expectativas para a reforma da Previdência e para o novo pacto federativo, que prometem aprimorar o ambiente econômico ao gerar mais recursos para União, estados e municípios.

Sistema financeiro é responsável por crise, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) disse em Plenário, na sexta-feira, que discorda da afirmação de que a crise econômica do Brasil se deve ao gasto público, ao gigantismo estatal ou à ineficiência da gestão. Para ele, a causa é o sistema financeiro mantido pela economia nacional. Entre os causadores do endividamento público, Kajuru citou a prática de juros elevados adotada há anos.

— No reinado do príncipe dos sociólogos, Fernando Henrique Cardoso, o Tesouro Nacional chegou a pagar juros de 40% ao mês para os rentistas — afirmou o senador.



Pedro França/Agência Senado

Girão lamenta licitação de itens refinados no STF

Eduardo Girão (Pode-CE) lamentou na sexta-feira que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região tenha liberado o processo licitatório do Supremo Tribunal Federal (STF) que prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições institucionais, no valor de R\$ 1,13 milhão. Para o senador, a realização do pregão eletrônico é no mínimo escandalosa, por considerar fora da realidade econômica a exigência de itens como medalhões de lagosta ao molho de manteiga queimada e vinhos importados.



Pedro França/Agência Senado

Rodrigues critica fiscalização eletrônica em RR

O excesso de fiscalização eletrônica em Roraima tem se transformado em uma indústria das multas, criticou Chico Rodrigues (DEM-RR) na sexta-feira. De acordo com o senador, entre janeiro de 2018 e abril de 2019, mais de 160 mil foram autuados pelos radares em Boa Vista, especialmente na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, uma das principais da cidade. Isso representa 57% da população.

O senador defendeu como estratégia para um trânsito melhor maiores investimentos em educação e a diminuição de radares.



Pedro França/Agência Senado

Acidente de trânsito afeta economia do país, diz Styvenson

Styvenson Valentim (Pode-RN) informou que a campanha Maio Amarelo, sobre segurança no trânsito, pretende ajudar a poupar 5 milhões de vidas até 2020 em todo o mundo. Conscientizar a sociedade é um dos maiores desafios, disse ele.

Styvenson ressaltou que é preciso mudanças nas ações públicas, para evitar a invalidez da população causada por acidentes no trânsito. Segundo ele, o problema afeta a economia do país. O senador explicou que, em 2017, os acidentes de trânsito causaram 35 mil internações, que custaram R\$ 48 milhões só em Brasília.



Pedro França/Agência Senado

Paim elogia Jovem Senador, que chega à nona edição

Paulo Paim (PT-RS) elogiou na sexta-feira o Projeto Jovem Senador. Ele destacou que a iniciativa contribui para a inserção dos jovens na política. O programa consiste em um concurso de redação, em que os vencedores são convidados a participar do encontro presencial no Senado, quando é feita simulação de como é o processo de criação de leis.

Neste ano, o tema será “Cidadão que acompanha o Orçamento público dá valor ao Brasil”. Os jovens estarão em Brasília de 25 a 30 de novembro. As escolas podem inscrever os alunos até 16 de agosto.



Pedro França/Agência Senado

Regras de aposentadorias especiais vão mudar

PEC da Reforma da Previdência, que tramita na Câmara, também atinge categorias como professores, policiais e agentes penitenciários, que tentam reavaliar as mudanças

Tércio Ribas Torres



A ALTERAÇÃO DAS regras das aposentadorias especiais é um dos pontos mais polêmicos da proposta de reforma da Previdência que está na Câmara dos Deputados. A PEC 6/2019 atinge categorias como a dos professores, a dos policiais civis e federais e a dos agentes penitenciários.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), destacou que o colegiado tem promovido uma série de audiências públicas para debater o assunto. Segundo o senador, “os convidados têm demonstrado que é um absurdo não ter direito à aposentadoria especial, porque está comprovado que o número de anos de vida desses profissionais diminui pelo fato de eles estarem expostos a agentes que prejudicam a vida”.

— Se essa proposta elimina as aposentadorias especiais, ela é um absurdo. Porque depois de pagar a vida toda, esses profissionais vão acabar não tendo direito ao benefício. Eles vão morrer antes. A expectativa de vida deles é outra — ponderou.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirma que aumentar o tempo de contribuição e o tempo de serviço de categorias como professores e profissionais da segurança chega a ser um “requinte de crueldade”.

Na avaliação de Kátia Abreu (PDT-TO), reformar a Previdência é essencial para as contas públicas, porém, segundo a senadora, é preciso combater os privilégios e fazer justiça, sem colocar o peso nos ombros das classes sociais mais frágeis.

— Tenho repetido que não votarei a reforma se for prejudicial a trabalhador rural, professor, policiais, idosos e mulheres — declarou.

Para o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), a reforma da Previdência é essencial para evitar que o país quebre. Ele disse que a proposta do governo tem um viés social, que vai permitir a quem ganha menos pagar menos. E admitiu que algumas regras terão que ser ajustadas durante a tramitação da proposta. Mas reafirmou a importância fiscal do texto.

— A reforma é uma sinalização de que as contas públicas vão entrar em equilíbrio e, com esse passo, o Brasil vai retomar o seu desenvolvimento, pois só assim é que vamos gerar emprego — afirmou.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, aponta que



Professores que hoje não têm idade mínima para se aposentar passam a ter o direito a partir dos 60 anos de idade

| Professores | | |
|-----------------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| | Hoje | Com a reforma |
| Idade mínima | não tem | 60 anos para homens e mulheres |
| Tempo de contribuição | 30 anos (homem) 25 anos (mulher) | 30 anos para homens e mulheres |

| Policiais civis e federais | | |
|----------------------------|-------------------------------------|---|
| | Hoje | Com a reforma* |
| Idade mínima | não tem | 55 anos para homens e mulheres |
| Tempo de contribuição | 30 anos (homem) 25 anos (mulher) | não muda |
| Exercício de polícia | 20 anos (homem) 15 anos (mulher) | 20 a 25 anos (homem) 15 a 20 anos (mulher) |

*Haverá regra de transição

a reforma da Previdência é importante para combater o déficit fiscal. O déficit previdenciário é, afirma, o que mais pesa no valor negativo das contas públicas. Salto destaca que a população vem vivendo mais tempo, o que é positivo. Mas, sem uma reforma, o Orçamento não suportará atender a Previdência e ainda investir em áreas como segurança, educação e saúde.

Magistério

Hoje não há idade mínima para os professores conseguirem sua aposentadoria. O tempo de contribuição é de 30 anos para homens e de 25 anos para mulheres, desde que tenham exercido exclusivamente funções de magistério. A proposta prevê idade mínima de 60 anos e tempo de contribuição de 30 anos para ambos os sexos.

Para professores da rede pública, segundo a nova proposta, a contribuição e a idade mínima são as mesmas que as da rede privada. No entanto, adiciona-se a necessidade de dez anos de serviço público e cinco anos de tempo de cargo — como já é atualmente. Hoje os homens precisam de

55 anos de idade mínima e 30 de contribuição, enquanto as mulheres precisam ter pelo menos 50 anos de idade e 25 de contribuição. Tanto para a rede pública como da privada haverá regra de transição.

A senadora Leila Barros (PSB-DF) diz considerar que as professoras do setor público serão o segmento que sofrerá maior impacto na reforma, pois elas poderão ter que trabalhar por até dez anos a mais. Hoje elas podem se aposentar aos 50 anos, e passarão a ter esse direito apenas aos 60.

Pelas regras atuais de Previdência, os policiais civis e federais precisam ter contribuído 25

anos, no caso de mulheres, ou 30 anos, para homens, sendo o tempo mínimo de exercício do cargo de natureza estritamente policial de 15 e 20 anos, respectivamente. Não há idade mínima para a aposentadoria.

Pelas regras da reforma, tanto os policiais civis e federais como os agentes penitenciários e socioeducativos se aposentarão aos 55 anos. A idade valerá tanto para homens como para mulheres. Os tempos de contribuição, porém, não mudam e seguem diferenciados para homens e mulheres. Os agentes e policiais masculinos precisarão ter 30 anos de contribuição, contra 25 anos para as mulheres.

A proposta também estabelece um tempo mínimo de serviço específico de polícia de 20 anos para policiais e agentes homens e de 15 anos para mulheres. Progressivamente, o tempo de exercício chegará a 25 anos para homens e 20 anos para mulheres, para agentes e policiais.

Atividade de risco

Em audiência na CDH, em 22 de abril, o diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodo viários Federais (FenaPRF), Marcelo Azevedo, defendeu a diferenciação da previdência dos policiais civis, porque a profissão é atividade de risco, gera desgaste físico e mental e restringe direitos. Azevedo lembrou que os policiais civis e federais não têm

Comissão tem debate hoje com foco na dívida pública

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz uma audiência hoje sobre a Previdência, com foco na auditoria da dívida pública. O gasto com essa dívida consumirá quase 44% do Orçamento de 2019. A previsão é de que, com a reforma da Previdência e o teto de gastos, o país volte a ter superávit primário em 2023. Foram convidados o representante do Ministério da Economia, Paulo Fontoura Valle, a coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli, o presidente do Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Antonio Gonçalves Filho, e o economista Rodrigo Ávila.

adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade, não ganham hora extra e não podem fazer greve. Representantes de vigilantes, agentes de segurança e oficiais de Justiça também apontaram condições especiais de trabalho.

Assessor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro respondeu que a proposta do governo não extingue a aposentadoria especial, mas diferencia os conceitos no tocante a riscos físicos, químicos ou biológicos que possam prejudicar a saúde do trabalhador. De acordo com Ribeiro, não é a atividade que caracteriza aposentadoria especial, mas os perigos da exposição aos agentes nocivos dessa função.

— Não adianta justificar aposentadoria especial por condições ruins de trabalho. Precisamos é melhorar as condições de trabalho.

Regras de transição para professores

| | |
|--------------|--|
| Rede privada | Para quem comprovar tempo efetivo de exclusividade no magistério, a regra de transição vai exigir 5 anos a menos de contribuição e de idade. Será preciso ter 51 anos (mulher) ou 56 anos (homem) de idade na data da promulgação da PEC e 25 anos (mulher) ou 30 anos (homem) de contribuição. A partir de 2020: O somatório da idade e do tempo de contribuição vai sendo acrescido de um ponto a cada ano, até atingir 95 pontos (professora) ou 100 pontos (professor). A partir de 2022: A soma da idade e da contribuição tem de chegar a 81 pontos (mulher) e 91 pontos (homem) na promulgação da PEC, sendo a idade mínima de 52 anos (mulher) ou 57 anos (homem). |
| Rede pública | Aqueles que ingressaram em cargo público efetivo até o fim de 2003 e que se aposentarem aos 65 (homem) ou 62 anos (mulher) terão direito à remuneração total do cargo que tinham na ativa. Os demais professores terão direito à aposentadoria calculada pela média aritmética simples dos salários de contribuição desde julho de 1994. O cálculo inicial vai levar em conta apenas 60% dessa média, acrescidos de 2% a cada ano que exceder os 20 anos de contribuição. Esse acréscimo não poderá ultrapassar 100%. |